

Artigo 13.º

CrITÉRIOS de creditação e de classificação

1 — As decisões relativas a pedidos de reingresso, em matéria de creditação, deverão considerar o seguinte:

a)  creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso ou no curso que o antecedeu;

b) o número de créditos a realizar para a obtenção do grau acadmico não pode ser superior  diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado.

2 — As decisões relativas a pedidos de transferência de estudantes, tero em consideração os crITÉRIOS definidos no número anterior, admitindo-se que, quando não fr possível considerar, na aplicação da regra da alínea anterior, todo o valor creditado, o número de créditos a realizar para a obtenção do grau acadmico não pode ser superior  diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e 90% do valor creditado.

3 — As decisões relativas a pedidos de mudança de curso deverão considerar o princípio da creditação da formação obtida anteriormente na área científica a que respeita o curso que o interessado procura frequentar, tendo-se em conta o nível dos créditos já obtidos.

4 — As unidades curriculares creditadas conservam as classificações obtidas nos estabelecimentos de ensino superior nacionais onde foram realizadas, ainda que tal possa concretizar-se mediante validação da média das classificações já obtidas.

5 — Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, a classificação das unidades curriculares creditadas:

a)  a classificação atribuída pelo estabelecimento de ensino superior estrangeiro, quando este adopte a escala de classificação portuguesa;

b)  a classificação resultante da conversão proporcional da classificação obtida para a escala de classificação portuguesa, quando o estabelecimento de ensino superior estrangeiro adopte uma escala diferente desta.

Artigo 14.º

Procedimento de creditação

As decisões proferidas sobre requerimentos de reingresso, de mudança de curso e de transferência de estudantes para a UL serão precedidas de um procedimento de creditação que será dirigido pelo Director de Faculdade a que corresponda o curso que irá ser frequentado pelo requerente e que concluir com uma proposta de creditação da qual constarão:

a) as unidades curriculares que se consideram creditadas por se julgarem equivalentes àquelas que foram frequentadas e nas quais foram

aprovados os requerentes no estabelecimento de ensino de origem, atribuindo-se-lhes a correspondente classificação já obtida;

b) as unidades curriculares frequentadas e aprovadas no estabelecimento de ensino de origem que não apresentam equivalente no curso que irão frequentar, embora devam ser creditadas, atribuindo-se a cada uma delas uma classificação igual  média de classificações obtidas nessas unidades curriculares no âmbito do estabelecimento de ensino de origem;

c) as unidades curriculares a frequentar no curso em que se inscrevem e matriculam para obterem o correspondente grau.

Artigo 15.º

Notificação das decisões

As decisões são notificadas pessoalmente ou por via postal aos requerentes.

Artigo 16.º

Classificação final do curso

1 — Para efeito de cálculo da classificação final do grau acadmico obtido por estudantes que tenham ingressado na UL através de procedimento de transferência adoptar-se- uma ponderação específica para as classificações das unidades curriculares frequentadas e aprovadas na UL que pesaro duas vezes mais que as classificações obtidas nas unidades curriculares creditadas.

2 — Para efeito do cálculo da classificação final do grau acadmico obtido por estudantes que tenham mudado de curso adoptar-se- uma ponderação específica para as classificações das unidades curriculares frequentadas após a efectivação dessa mudança de curso, que pesaro duas vezes mais que as classificações obtidas nas unidades curriculares creditadas.

3 — Nos casos de reingresso, o cálculo da média final de curso operar-se- nos termos gerais.

Artigo 17.º

Benefícios

Os estudantes que originariamente tenham estado inscritos em estabelecimento de ensino diferente da UL são poderão gozar de benefícios especiais instituídos neste estabelecimento de ensino superior em favor dos seus estudantes desde que os respectivos requisitos de atribuição venham a ser cumpridos na pendência da sua frequência neste estabelecimento.

202955889

**PARTE J1****MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA****Aviso n.º 4541/2010**

Procedimento concursal para provimento, em comissão de serviço, para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Tempos Livres — Alteração de Júri do Procedimento.

Nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 9.º-A do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 07 de Junho, torna -se público que, por meu Despacho de 05 de Janeiro de 2010, foi alterado o Júri do Procedimento Concursal para provimento, em comissão de serviço, para o cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Acção Social e Educação, aberto por Aviso que saiu publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, do dia 23 de Junho de 2009 e publicitado na Bolsa de Emprego Público, no dia 23 de Junho de 2009 (ref.ª OE200906/0537):

Presidente: Dr.ª Fernanda da Conceição Ferrer Creado Botelho, Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;

Vogais efectivos: Dr. Francisco José Alveirinho Correia, Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Castelo Branco, que substituir o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos; e Dr.ª Maria Leonor Salgado Godinho, Administradora do Instituto Politécnico de Castelo Branco;

Vogais suplentes: Dr. Alcino Milheiro Costa e Silva, Jurista; e Dmaso Marques Rito, Chefe de Divisão Financeira e do Patrimnio, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Paçs do Município de Idanha-a-Nova, 05 de Janeiro de 2010. — O Presidente da Câmara, *Eng. lvaro José Cachucho Rocha*.

302902484

Aviso n.º 4542/2010

Procedimento concursal para provimento, em comissão de serviço, para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Acção Social e Educação — Alteração de Júri do Procedimento.

Nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 9.º-A do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com a nova redação dada pelo Decreto-

-Lei n.º 104/2006, de 07 de Junho, torna -se público que, por meu Despacho de 05 de Janeiro de 2010, foi alterado o Júri do Procedimento Concursal para provimento, em comissão de serviço, para o cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Acção Social e Educação, aberto por Aviso que saiu publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, do dia 23 de Junho de 2009 e publicitado na Bolsa de Emprego Público, no dia 23 de Junho de 2009 (ref.ª OE200906/0538):

Presidente: Dr.ª Fernanda da Conceição Ferrer Creado Botelho, Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;

Vogais efectivos: Dr. Francisco José Alveirinho Correia, Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Castelo Branco, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos; e Dr.ª Maria da Conceição Magalhães Mendes Domingos Riscado Venâncio, Administradora dos Serviços de Acção Social Escolar do Instituto Politécnico de Castelo Branco;

Vogais suplentes: Dr. Alcino Milheiro Costa e Silva, Jurista; e Dâmaso Marques Rito, Chefe da Divisão Financeira e do Património, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Paços do Município de Idanha-a-Nova, 05 de Janeiro de 2010. — O Presidente da Câmara, *Eng. Álvaro José Cachucho Rocha*.

302902135

MUNICÍPIO DE OEIRAS

Aviso n.º 4543/2010

Abertura de procedimento para provimento de cargo de Direcção Intermédia de 1.º Grau, correspondente a Director do Departamento de Polícia Municipal e Protecção Civil

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e aplicável à administração local por força do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que, por despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 10 de Abril de 2008, exarado no uso de competências que lhe são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi autorizada a abertura de procedimento concursal tendente ao provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de direcção intermédia de 1.º grau do grupo de pessoal dirigente do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Oeiras, Director do Departamento de Polícia Municipal e Protecção Civil, nos exactos termos e condições definidos em aviso a publicitar na Bolsa de Emprego Público, até ao 3.º dia útil, após a publicação deste aviso.

Oeiras, 20 de Fevereiro de 2010. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Matos*.

302939964